

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28

ESCRITURA DE CONSTITUCION  
DE LA COMPAÑIA " GALVASAN  
C. LTDA." -  
CUANTIA: S/.1'100.000,00  
Dí 4 Copias.-

En la ciudad de San  
Francisco de Quito,  
Capital de la Repú-  
blica del Ecuador,  
hoy día Martes vein-  
tisiete de Marzo -  
de mil novecientos  
noventa, ante mi,  
doctor NELSON GALAR  
ZA PAZ, Notario Dé-  
cimo Séptimo de es-  
te Cantón, compare-

cen las siguientes  
personas: Carlos Arturo Hidalgo Orozco, de nacionalidad  
ecuatoriana, de estado civil soltero; Doctor Armando Gon-  
zalo Sandoval Vaca, de nacionalidad ecuatoriana, de esta-  
do civil casado, señor Alfredo Gustavo Galefski León, de  
nacionalidad chilena, de estado civil casado; todos por  
sus propios derechos; y, para los fines que luego se in-  
dican, comparecen también las señora María Elizabeth Sa-  
linas de Sandoval, de nacionalidad chilena-- de estado  
civil casada; y, Sofía del Carmen Pastenes de Galefski,  
de nacionalidad chilena, de estado civil casada.- Los  
comparecientes son domiciliados en esta ciudad, mayores

1 de edad, capaces para contratar y contraer cualesquier  
2 clase de obligaciones, a quienes de conocerles doy fe, y  
3 me piden elevar a escritura pública el contenido de la-  
4 siguiente minuta que hoy me presentan y que dice como si  
5 gue:- S E Ñ O R N O T A R I O:- En su registro de  
6 escrituras públicas, sírvase anotar una en la que consta  
7 un contrato de constitución de compañía, bajo las siguien-  
8 tes cláusulas:- C L A U S U L A P R I M E R A :-  
9 C o m p a r e c i e n t e s :- Comparecen al otorgamien-  
10 to de esta escritura pública los señores: Carlos Arturo  
11 Hidalgo Orozco, de nacionalidad ecuatoriana, mayor de e-  
12 dad, soltero y domiciliado en la ciudad de Quito, Doctor  
13 Armando Gonzalo Sandoval Vaca, de nacionalidad ecuatoria-  
14 na, mayor de edad, casado y domiciliado en la ciudad de  
15 Quito y señor Alfredo Gustavo Galefski León, de naciona-  
16 lidad chilena, mayor de edad, casado y domiciliado en la  
17 ciudad de Quito.- Comparecen también las señoras María  
18 Elizabeth Salinas de Sandoval y Sofía del Carmen Pastenes  
19 de Galefski para dejar expreso consentimiento para que  
20 sus cónyuges participen en la constitución de la compañía  
21 " GALVASAN C. LTDA." - C L A U S U L A S E G U N D A :  
22 D e c l a r a c i ó n :- Los comparecientes declaran su  
23 voluntad de constituir la compañía " GALVASAN C. LTDA.",  
24 mediante el presente contrato de constitución, que se re-  
25 girá por las leyes ecuatorianas y de conformidad con los  
26 estatutos sociales, que se hallan contenidos en la cláu-  
27 sula tercera.- Así mismo los comparecientes facultan al  
28 doctor Teodoro Puertas Gallegos, para que realice todas

1 las gestiones conducentes al perfeccionamiento de esta es  
2 critura, hasta su inscripción en el Registro Mercantil y  
3 para convocar y presidir la primera junta, que nombrará  
4 a los administradores de la compañía.- C L A U S U L A  
5 T E R C E R A :- E S T A T U T O S S O C I A L E S  
6 D E L A C O M P A Ñ I A " G A L V A S A N C.  
7 L T D A . "- C A P I T U L O P R I M E R O :- D e n o  
8 m i n a c i ó n , n a c i o n a l i d a d , d o m i c i  
9 l i o , o b j e t o s o c i a l y d u r a c i ó n  
10 d e l a c o m p a ñ í a :- A R T I C U L O P R I  
11 M E R O :- D e n o m i n a c i ó n , n a c i o n a l i  
12 d a d y d o m i c i l i o d e l a c o m -  
13 p a ñ í a :- La compañía se denomina " GALVASAN C. LTDA."  
14 es una compañía limitada, de nacionalidad ecuatoriana,  
15 sujeta a las leyes ecuatorianas; su domicilio principal  
16 se encuentra en la ciudad de Quito, y se halla facultada  
17 para establecer sucursales y agencias en cualquier lugar  
18 de la República y del extranjero.- A R T I C U L O -  
19 S E G U N D O :- O b j e t o S o c i a l :- La compa  
20 ñ í a t i e n e p o r o b j e t o d e d i c a r s e a l a s s i g u i e n t e s a c t i v i -  
21 d a d e s :- a).- Importación, exportación, distribución y  
22 comercialización de productos y equipos de uso médico y  
23 paramédico, productos químicos, farmacéuticos, materiales  
24 e instrumental oftalmológico y de optométrico.- b).- Ex  
25 portación de productos artesanales, agrícolas, agroindus  
26 triales, industriales y productos del mar, en general.-  
27 c).- Representación, agencia, asociación con personas  
28 naturales o jurídicas nacionales o extranjeros, que se de

1       diquen a actividades similares o complementarias con el  
2       objeto social.- ~~ARTICULO TERCERO:-~~ Actos y Contratos:- La compañía podrá -  
3       t o s       y       C o n t r a t o s :- La compañía podrá -  
4       realizar, por cuenta propia o de terceros, toda clase de  
5       actos y contratos, permitidos y no prohibidos por las le  
6       yes ecuatorianas, siempre que se relacionen con el obje  
7       to social.- ~~ARTICULO CUARTO:-~~ Duración:- La compañía tendrá una duración de cincuenta  
8       c i ó n :- La compañía tendrá una duración de cincuenta  
9       años, a partir de la fecha de inscripción de la escritura  
10       de constitución en el Registro Mercantil.- Este plazo po  
11       drá prolongarse o reducirse, e inclusive, la compañía po  
12       drá disolverse anticipadamente, observando, en cada ca  
13       so, las disposiciones legales pertinentes y lo previsto  
14       en estos estatutos.- ~~CAPITULO SEGUNDO:-~~ Capital y participaciones:-  
15       A R T I C U L O   Q U I N T O :- Capital:- El ca  
16       pital de la compañía es de UN MILLON CIEN MIL SUCRES,-  
17       dividido en UN MIL CIEN participaciones de UN MIL SUCRES  
18       cada una.- La compañía entregará a cada socio un certi  
19       ficado de aportación en el que constará, necesariamente,  
20       su carácter de no negociable y el número de participacio  
21       nes que por su aporte le corresponde.- A R T I C U L O  
22       S E X T O :- T r a n s f e r e n c i a   d e   p a r -  
23       t i c i p a c i o n e s :- Las participaciones de los  
24       socios son transferibles, por acto entre vivos, en bene  
25       ficio de otro u otros socios o de terceros, si se obtie  
26       ne el consentimiento unánime del capital social.- Tam  
27       bién se trasmite las participaciones por herencia.- A R  
28

1 T I C U L O S E P T I M O :- A u m e n t o d e C a  
2 p i t a l :- E l s o c i o t i e n e d e r e c h o d e p a r t i c i p a r e n l o s  
3 a u m e n t o s d e l c a p i t a l s o c i a l d e l a c o m p a ñ a , e n p r o p o r c i ó n  
4 a l n ú m e r o d e s u s p a r t i c i p a c i o n e s , c u a n d o a s í l o d e c l a r e  
5 e x p r e s a m e n t e e n l a J u n t a G e n e r a l q u e a p r u e b e u n a r e s o l u  
6 c i ó n d e e s t a n a t u r a l e z a . - L a f a l t a d e p r o n u n c i a m i e n t o -  
7 e q u i v a l e a l a r e n u n c i a d e s u d e r e c h o a p a r t i c i p a r e n e s  
8 t e a u m e n t o d e c a p i t a l . - A R T I C U L O O C T A V O :  
9 D e r e c h o d e v o t o :- P o r c a d a p a r t i c i p a c i ó n  
10 d e u n m i l s u c r e s , e l s o c i o t e n d r á d e r e c h o a u n v o t o . - C A  
11 P I T U L O T E R C E R O :- G o b i e r n o y a d  
12 m i n i s t r a c i ó n :- A R T I C U L O N O V E N O :  
13 G o b i e r n o y a d m i n i s t r a c i ó n :- L a  
14 c o m p a ñ a s e r á g o b e r n a d a p o r l a J u n t a G e n e r a l d e s o c i o s ,  
15 y a d m i n i s t r a d a p o r e l P r e s i d e n t e E j e c u t i v o , e l G e r e n t e G e  
16 n e r a l y l o s G e r e n t e s f u n c i o n a l e s . - C A P I T U L O -  
17 C U A R T O :- J u n t a s G e n e r a l e s :- A R  
18 T I C U L O D E C I M O :- I n t e g r a c i ó n :-  
19 E l o r g a n i s m o s u p r e m o d e l a c o m p a ñ a e s l a J u n t a G e n e r a l ,  
20 q u e e s t a r á i n t e g r a d a p o r l o s s o c i o s l e g a l m e n t e c o n v o c a d o s  
21 y r e u n i d o s . - L a s d e c i s i o n e s d e l a J u n t a G e n e r a l o b l i g a  
22 r á n a ú n a l o s s o c i o s a u s e n t e s , s a l v o e l d e r e c h o d e i m p u g  
23 n a c i ó n e s t a b l e c i d o p o r l a L e y . - A R T I C U L O D E  
24 C I M O P R I M E R O :- D i r e c c i ó n :- L a J u n  
25 t a g e n e r a l e s t a r á d i r i g i d a p o r e l P r e s i d e n t e E j e c u t i v o  
26 y a c t u a r á c o m o S e c r e t a r i o e l G e r e n t e G e n e r a l . - A R -  
27 T I C U L O D E C I M O S E G U N D O :- F o r m a  
28 d e c o n v o c a r :- L a c o n v o c a t o r i a d e b e r á h a c e r

1 se conocer por medio de comunicaciones escritas a cada  
2 uno de los socios, en sus domicilios, con ocho días de  
3 anticipación por lo menos, a la fecha de la reunión y  
4 deberá contener expresamente los puntos que se van a tra  
5 tar, bajo pena de nulidad.- A los socios que consten en  
6 los libros de la compañía como residentes en otras ciu  
7 dades o en el extranjero, a más de enviarles la comuni-  
8 cación, se les avisará mediante telegrama o telex.- A R  
9 T I C U L O D E C I M O T E R C E R O:- R e p r e  
10 s e n t a c i ó n:- En caso de que uno de los socios no  
11 pueda concurrir personalmente a una Junta General, podrá  
12 facultar a otra persona para que lo represente; precisa-  
13 rá de una carta para cada junta, dirigida al Presidente  
14 Ejecutivo, a no ser que el representante ostente poder  
15 general legalmente conferido.- A R T I C U L O D E  
16 C I M O C U A R T O:- J u n t a G e n e r a l O r  
17 d i n a r i a :- La Junta General ordinaria será convo-  
18 cada por el Gerente General, por el Presidente Ejecutivo,  
19 o ha pedido del socio o socios que representan por lo me  
20 nos el diez por ciento del capital social una vez al año,  
21 dentro de los tres meses posteriores a la finalización del  
22 ejercicio económico.- A R T I C U L O D E C I M O -  
23 Q U I N T O:- J u n t a G e n e r a l E x t r a o r  
24 d i n a r i a :- La Junta General extraordinaria podrá -  
25 reunirse en cualquier fecha, mediante convocatoria hecha  
26 por el Presidente ejecutivo, el Gerente General o a peti  
27 ción del socio o socios que representen por lo menos el  
28 diez por ciento del capital social.- A R T I C U L O -

1        D E C I M O        S E X T O :- Q u o r u m   p a r a   l a  
2        p r i m e r a   c o n v o c a t o r i a :- La Junta Ge  
3        n e r a l se considerará válidamente constituida, en prime  
4        r a convocatoria, si los concurrentes a ella representan  
5        más de la mitad del capital social.- A R T I C U L O -

6        D E C I M O        S E P T I M O :- Q u o r u m   p a r a -  
7        l a   s e g u n d a   c o n v o c a t o r i a :- La  
8        Junta General se considerará constituida, en segunda con  
9        vocatoria, con el número de socios presentes, debiendo  
10        expresarse así en la respectiva convocatoria.- A R -

11        T I C U L O        D E C I M O        O C T A V O :- V o t a -  
12        c i ó n :- Las resoluciones de la Junta General, se toma  
13        rán por lo menos con el cincuenta y uno por ciento de vo  
14        tos del capital, representado por los socios presentes.

15        A R T I C U L O        D E C I M O        N O V E N O :- E x c e p  
16        c i ó n :- Las resoluciones de la Junta General, en los  
17        asuntos que alteren las cláusulas del contrato, se toma  
18        rán con el ciento por ciento de votos del capital, repre  
19        sentado por los socios presentes, en tanto no contraríen  
20        a la Ley.- A R T I C U L O        V I G E S I M O :- J u n

21        t a   U n i v e r s a l :- Podrá constituirse en Junta -  
22        General, en cualquier tiempo o lugar del país, para tra  
23        tar cualquier asunto, sin convocatoria previa, si está  
24        presente la totalidad del capital social de la compañía  
25        y todos los socios, previamente y por unanimidad, acepta  
26        ren constituirse en Junta General y firmar el acta, bajo  
27        sanción de nulidad.- Son aplicables a esta Junta las dis  
28        posiciones constantes en los artículos décimo primero, dé

1 cimo tercero y décimo octavo de estos estatutos.- A R-  
2 T I C U L O V I G E S I M O P R I M E R O:- F o r  
3 m a d e l l e v a r l a s a c t a s d e  
4 l a J u n t a G e n e r a l:- Las actas de la Jun  
5 ta General deberán ser llevadas en hojas móviles, escri  
6 tas a máquina, en el anverso y reverso, que deberán ser  
7 foliadas con numeración continua y sucesiva, y rubricadas  
8 una por una por el Secretario.- A R T I C U L O V I  
9 G E S I M O S E G U N D O:- A t r i b u c i o n e s  
10 d e l a J u n t a G e n e r a l:- La Junta Ge  
11 neral podrá resolver todos los asuntos relativos a los  
12 negocios sociales y tomar las decisiones que juzgue con  
13 venientes, siempre que estén puntualizados en el orden  
14 del día, de acuerdo a la convocatoria.- Sus atribuciones  
15 principales son:- a).- Designar y remover, por causas  
16 legales, al Presidente Ejecutivo, al Gerente General y  
17 a los Gerentes funcionales, y fijar sus remuneraciones.-  
18 b).- Establecer las funciones administrativas de los -  
19 Gerentes funcionales y, de ser necesario, las del Presi  
20 dente ejecutivo.- c).- Designar, ocasionalmente, al co  
21 misario, determinando sus atribuciones, obligaciones y  
22 su respectiva remuneración.- d).- Autorizar al Gerente  
23 General para que nombre factores y otorgue poderes gene  
24 rales.- e).- Conocer y aprobar el informe del Gerente  
25 General y Comisario, en el caso de que éste último haya  
26 sido nombrado.- f).- Conocer las faltas de los Ejecuti  
27 vos de la compañía e imponer las sanciones respectivas.-  
28 g).- Dictar los reglamentos de los presentes estatutos

1 e interpretarlos.- h).- Resolver sobre la transferencia  
2 de participaciones sociales y estudiar y acordar la ex-  
3 clusión o ingreso de nuevos socios.- i).- Resolver y  
4 aprobar el reparto de utilidades.- j).- Conocer y apro-  
5 bar anualmente las cuentas y balances que presente el Ge-  
6 rente General.- k).- Aprobar la formación de fondos de  
7 reserva especiales.- l).- Resolver sobre el aumento  
8 de capital, ampliación del plazo de duración de la com-  
9 pañía y cualquier modificación del contrato social.- ll).  
10 En caso de disolución de la compañía, nombrar liquidador  
11 y establecer el procedimiento de liquidación.- m).- Aco-  
12 dar la creación de sucursales, agencias o subsidiarias  
13 en el país o en el extranjero.- n).- Acordar la parti-  
14 cipación de la compañía en la constitución de nuevas so-  
15 ciedades, así como también la compra de derechos, accio-  
16 nes o participaciones de otras compañías.- ñ).- Auto-  
17 rizar al Gerente General para que efectúe transacciones  
18 que involucren la adquisición, venta o hipoteca de bienes  
19 raíces.- C A P I T U L O Q U I N T O :- D e l P r e  
20 s i d e n t e E j e c u t i v o :- A R T I C U L O  
21 V I G E S I M O T E R C E R O :- N o m b r a m i e n  
22 t o :- E l P r e s i d e n t e E j e c u t i v o p o d r á o n o s e r s o c i o d e  
23 l a c o m p a ñ í a , s e r á n o m b r a d o p o r l a J u n t a G e n e r a l , d u r a r á  
24 c i n c o a ñ o s e n s u s f u n c i o n e s y p o d r á s e r i n d e f i n i d a m e n t e  
25 r e e l e g i d o . - A R T I C U L O V I G E S I M O C U A R  
26 T O :- A t r i b u c i o n e s y d e b e r e s :-  
27 L a s a t r i b u c i o n e s y d e b e r e s d e l P r e s i d e n t e E j e c u t i v o s o n :  
28 a) . - S u p e r v i g i l a r e l d e s e n v o l v i m i e n t o d e l a c o m p a ñ í a y

1 cumplir con las leyes pertinentes, estos estatutos y sus  
2 reglamentos.- b).- Cumplir con las funciones adminis-  
3 trativas que le determine la Junta General.- c).- Fir  
4 mar los nombramientos del Gerente General y de Comisa-  
5 rio; en el caso de que éste último haya sido nombrado.  
6 d).- Firmar, junto con el Gerente General, los certifi  
7 cados de aportación.- e).- Cumplir y hacer cumplir las  
8 resoluciones emanadas de la Junta General; y, f).- Con  
9 vocar y presidir las sesiones de las Juntas Generales y  
10 firmar las actas.- C A P I T U L O S E X T O :- D e l  
11 G e r e n t e G e n e r a l :- A R T I C U L O V I  
12 G E S I M O Q U I N T O :- N o m b r a m i e n t o :-  
13 El Gerente General podrá o no ser socio de la compañía.  
14 Será nombrado por la Junta General, durará cinco años  
15 en sus funciones y podrá ser indefinidamente reelegido.  
16 A R T I C U L O V I G E S I M O S E X T O :- A t r i  
17 b u c i o n e s y d e b e r e s :- Son atribuciones  
18 y deberes del Gerente General: a).- Ejercer la repre-  
19 sentación legal, judicial y extrajudicial de la compañía.  
20 b).- Administrar la compañía.- c).- Cumplir con las  
21 leyes pertinentes, con estos estatutos y sus reglamentos  
22 y con las directivas de la Junta General.- d).- Convo  
23 car a Junta General y actuar como Secretario de ésta.-  
24 e).- Organizar y dirigir las oficinas administrativas  
25 de la compañía y los departamentos técnicos, de ventas,  
26 adquisiciones y contabilidad.- f).- Dirigir y firmar  
27 la correspondencia de la compañía.- g).- Cuidar los -  
28 libros sociales de la compañía, en especial, el de actas

1 de la Junta General.- h).- Celebrar y firmar contratos  
2 que para su validez precisen de escritura pública y, con  
3 autorización de la Junta General, los determinados en el  
4 Artículo vigésimo segundo, literal m), n), ñ) de estos es  
5 tatutos, sin perjuicio de lo establecido en el Artículo  
6 décimo segundo de la Ley de Compañías.- i).- Celebrar  
7 y firmar contratos a nombre de la compañía.- j).- Pre  
8 sentar propuestas de licitación o concurso de ofertas,  
9 en nombre de la compañía.- k).- otorgar poderes especia  
10 les y, con autorización de la Junta General, nombrar fac  
11 tores y otorgar poderes generales.- l).- Firmar, con  
12 el Presidente ejecutivo, los certificados de aportación.  
13 ll).- Firmar el nombramiento de Presidente Ejecutivo y  
14 de Gerentes funcionales.- m).- Ordenar y supervigilar  
15 la elaboración de la contabilidad, el balance anual, in  
16 ventarios y cuentas de pérdidas y ganancias.- n).- Ren  
17 dir informe anual de su administración a la Junta Gene  
18 ral, así como facilitar toda información que le solici  
19 te al comisario, en el caso de que éste haya sido nombra  
20 do.- ñ).- Informar a la Junta General sobre el presu  
21 puesto de gastos de la compañía y su financiamiento.- o).  
22 Presentar a la Junta General la propuesta de reparto de  
23 utilidades y, si fuere necesario, la formación de fondos  
24 de reserva especiales.- p).- Designar y remover el per  
25 sonal de la compañía y fijar sus remuneraciones y funcio  
26 nes; y, q) Abrir y manejar cuentas bancarias en el -  
27 país o en el extranjero, y firmar sus respectivos cheques.

28 C A P I T U L O S E P T I M O :- D e los G e r e n

1       tes funcionales:- ARTICULO VI  
2       GESIMO SEPTIMO:- Nombramien-  
3       tos y atribuciones de los  
4       Gerentes funcionales:- La Junta Gene-  
5       ral podrá nombrar el número de Gerentes funcionales que  
6       considere convenientes para la buena marcha de la compa-  
7       ñía.- En el nombramiento de cada uno de los Gerentes fun-  
8       cionales se determinará sus funciones, remuneraciones y  
9       duración en el cargo:- En el caso de que uno de los Ge-  
10      rentes funcionales subroque al Gerente General, durará -  
11      un año en el cargo, y esta función deberá estar expresa-  
12      mente establecida en su respectivo nombramiento.- Los  
13      Gerentes funcionales no podrán ser representantes lega-  
14      les de la compañía, salvo el caso del Gerente funcional  
15      que subroque al Gerente General, cuyo nombramiento debe-  
16      rá ser inscrito.- CAPITULO OCTAVO :-  
17      Subrogaciones:- ARTICULO VIGE-  
18      SIMO OCTAVO:- Subrogaciones:-  
19      En el caso de ausencia de los administradores, éstos se  
20      rán subrogados de la siguiente manera:- a).- Al Presi-  
21      dente Ejecutivo, el Gerente General.- b).- Al Gerente  
22      General, el Presidente ejecutivo.- c).- En caso de au-  
23      sencia del Presidente Ejecutivo y del Gerente General,  
24      le subrogará a éste último, el Gerente funcional que haya  
25      sido designado en su nombramiento.- CAPITULO -  
26      NOVENO:- Del Comisario:- ARTICU-  
27      LO VIGESIMO NOVENO:- Nombra-  
28      miento:- En el caso de que la Junta General creyere

## T I C U L O      D E C I M O      C U A R T O :-   D i s o -

1      l u c i ó n :- La compañía podrá disolverse por las si-  
 2      guientes razones :- a) .- Por el cumplimiento del término  
 3      fijado en el contrato social .- b) .- Por conclusión de  
 4      las actividades para las que se estableció o la imposi-  
 5      bilidad manifiesta de realizar el fin social .- c) .- Por  
 6      pérdidas de reservas y de la mitad o más del capital so-  
 7      cial .- d) .- Cuando se una con otra compañía para for-  
 8      mar una nueva que le sucederá en sus funciones y obliga-  
 9      ciones .- e) .- Cuando sea absorbida por otra compañía,  
 10     que continuará subsistiendo .- f) .- Por acuerdo de los  
 11     socios o de la Junta General .- g) .- Por traslado del do-  
 12     micilio principal de la compañía a país extranjero .- h) .-  
 13     Por resolución judicial o de la Superintendencia de Com-  
 14     pañas, en los casos previstos en la Ley de Compañías.  
 15     i) .- Por quiebra de la compañía .- j) .- Por cualquier -  
 16     otra causa determinada por la ley o el contrato social .-

17     A R T I C U L O      T R I G E S I M O      Q U I N T O :- N o r-  
 18     m a s      a p l i c a b l e s :- Para la disolución y li-  
 19     quidación de la compañía se aplican con las normas con-  
 20     tenidas en la sección Décima Primera reformadas en la Ley

21     de Compañías .- C A P I T U L O      D E C I M O      S E G U N

22     D O :- De las disposiciones ge-  
 23     n e r a l e s :- A R T I C U L O      T R I G E S I M O -

24     S E X T O :- I n t e r e s e s      c o n t r a p u e s -

25     t o s :- En el manejo de los negocios de la compañía, el  
 26     Gerente General deberá mantener completamente separados

27     sus intereses personales de los de la compañía .- A R -  
 28

1 necesario, podrá nombrar un Comisario para el estudio  
2 financiero de un período o situación determinada.- A R  
3 T I C U L O T R I G E S I M O :- A t r i b u c i o n e s  
4 y d e b e r e s :- La Junta General establecerá las  
5 atribuciones y deberes del Comisario, para el desempeño  
6 de sus funciones.- C A P I T U L O D E C I M O :- E -  
7 j e r c i c i o f i n a n c i e r o a n u a l :- A R  
8 T I C U L O T R I G E S I M O P R I M E R O :- U t i  
9 l i d a d e s :- Los beneficios netos de la compañía,  
10 que resultaren del ejercicio anual, luego de haber sido  
11 separadas las sumas designadas a reservas y pago de uti  
12 lidades a empleados y otras deducciones previstas en las  
13 leyes especiales, se llevarán a la cuenta de utilidades  
14 por distribuir, que quedará a disposición de la Junta Ge  
15 neral.- A R T I C U L O T R I G E S I M O S E G U N  
16 D O :- R e s e r v a s :- Para la formación de la reser  
17 va legal de la compañía, se separará de las utilidades  
18 líquidas y realizadas, un cinco por ciento anual, hasta  
19 completar, por lo menos, un equivalente al veinte por cien  
20 to del capital social.- A R T I C U L O T R I G E S I  
21 M O T E R C E R O :- D e l e j e r c i c i o e c o  
22 n ó m i c o :- El ejercicio económico de la compañía, co  
23 mienza el primero de Enero y termina el treinta y uno de  
24 Diciembre de cada año.- El Gerente General dispondrá que  
25 a esa fecha, se efectúen los inventarios generales, así -  
26 como el balance general y las cuentas de pérdidas y ganan  
27 cias.- C A P I T U L O D E C I M O P R I M E R O :-  
28 D i s o l u c i ó n y l i q u i d a c i ó n :- A R -







REPUBLICA DEL ECUADOR

MINISTERIO DE INDUSTRIAS, COMERCIO, INTEGRACION Y PESCA

RESOLUCION N° 406

EL SUBSECRETARIO DE COMERCIO EXTERIOR E INTEGRACION DEL MINISTERIO DE INDUSTRIAS, COMERCIO, INTEGRACION Y PESCA

VISTOS el Decreto N° 3049, de 6 de julio de 1987, publicado en el Registro Oficial N° 723, de 7 de julio de 1987, mediante el cual entra en vigencia en el Ecuador la Decisión 220 de la Comisión del Acuerdo de Cartagena, referente al Régimen Común de Tratamiento a los Capitales Extranjeros y sobre Marcas, Patentes, Licencias y Regalías; la solicitud y la documentación presentadas; y,

EN USO de las atribuciones que le confiere el Decreto N° 3095, de 28 de julio de 1987, publicado en el Registro Oficial N° 738, de 29 de julio de 1987.

RESUELVE :

AUTORIZAR al señor ALFREDO GUSTAVO GALEFSKI LEON, de nacionalidad chilena, residente en el Ecuador en forma legal, poseedor de la Visa de Inmigrante 10-IV, válida por tiempo indefinido otorgada el 26 de enero de 1982, con registro N° 12-2464-18041, para que con el carácter de nacional invierta la suma de SETECIENTOS MIL SUCRES (S/. 700.000) de los cuales los 350.000 sucres será en numerario, y la diferencia será pagado en un año plazo, en la constitución de la Compañía que se denominará "GALVASAN CI LTDA.", cuyo capital social será de S/. 1'100.000.

El objeto social de la compañía será :

- a) Importación, exportación, distribución y comercialización de - productos y equipos de uso médico y paramédico, productos químicos, farmacéuticos, materiales e instrumental oftalmológico y de optométrico.
- b) Exportación de productos artesanales, agrícolas, agroindustriales, industriales y productos del mar, en general.
- c) Representación, agencia, asociación con personas naturales o - jurídicas nacionales o extranjeros, que se dediquen a actividades similares o complementarias con el objeto social.

La inversión que realizará el mencionado señor por tener el carácter de nacional carece del derecho a reexportar el capital invertido a invertirse, así como a remitir al exterior las utilidades que genere sus inversiones.



[Firma manuscrita]

1 esta escritura pública.- firmado).- Señor doctor don  
2 Teodoro Puertas Gallegos, Abogado del Colegio de Abo  
3 gados de Quito, con matrícula profesional número mil  
4 cero diez y seis.- Hasta aquí la minuta que queda -  
5 elevada a escritura pública con todo el valor legal.  
6 Para el otorgamiento de la presente escritura, se-  
7 observaron todos los preceptos legales del caso.-  
8 Y, leída que ha sido íntegramente la presente escri-  
9 tura, por mí el Notario a los comparecientes, éstos  
10 para constancia se ratifican y firman conmigo, en uni-  
11 dad de acto, de todo lo cual doy fe.- Así como de -  
12 qué, a la firma de la misma, dichos comparecientes me  
13 presentaron sus respectivas cédulas de identidad, pa-  
14 ra su debida y cabal identificación, de lo que tam-  
15 bién hoy doy fe.- firmado).- Señor Carlos Arturo Hidal-  
16 go.- Cédula diez y siete-cero ocho cero uno nueve ocho  
17 seis-dos.- firmado).- Señor doctor Armando Gonzalo San-  
18 doval Vaca.- Cédula de Identidad número diez y siete-ce-  
19 ro cuatro uno dos ocho uno nueve-seis.- firmado).- Se-  
20 ñor don Alfredo Gustavo Galefski León.- Cédula de Iden-  
21 tidad número diez y siete-cero ocho cero uno cuatro cin-  
22 co dos-cinco.- firmado).- Señora doña María Elizabeth-  
23 Salinas de Sandoval.- Cédula de Identidad número diez y  
24 siete-cero siete uno nueve ocho uno cero-cinco.- firmado)  
25 Señora doña Sofía del Carmen Pastenes de Galefski.- Cédu-  
26 la de Identidad número diez y siete-cero ocho cero uno tres  
27 dos cuatro-seis.- firmado).- El Notario Décimo Séptimo-  
28 doctor Nelson Galarza Paz.- DOCUMENTOS HABILITANTES:----



REPUBLICA DEL ECUADOR

MINISTERIO DE INDUSTRIAS, COMERCIO, INTEGRACION Y PESCA

-2-

El señor ALFREDO GUSTAVO GALEFSKI LEON, mantendrá su categoría migratoria y actividad autorizada de conformidad a lo dispuesto en la Ley de Extranjería y su Reglamento de Aplicación.

COMUNIQUESE.-

Dado en Quito, a

23 FEB 1992

*J. R. Serrano*  
José Rafael Serrano H.  
SUBSECRETARIO DE COMERCIO  
EXTERIOR E INTEGRACION.

CERTIFICA.-

ES COPIA LO CERTIFICO

*M. Xavier Aguirre A.*  
Director Nacional Administrativa  
y de Recursos Humanos

MICIP

COMPROBANTE CONTABLE		MONEDA	DIA	MES	AÑO	OFI.	DPTO.	SECCION:
			26	03	99	11	1	030
CODIGO CONTABLE	NOMBRE DE LA CUENTA	MONEDA EXTRANJERA		MONEDA NACIONAL				
		DEBE	HABER	DEBE	HABER			
1-2101.10	DEPOSITOS MONETARIOS			550.000,00				
1-24.03.05	INTEGRACION DE CAPITAL						550.000,00	
SON :		TOTAL		550.000,00			550.000,00	
<p>N/D cta. 13-00075-1.                      CONCEPTO- Depósito para integración de capital de la Cia. GELVASAN CIA. LTDA.                      Así: Armando Sandoval Vaga \$ 195.000,00                      Alfredo Galefski León 350.000,00                      Carlos Hidalgo O. 5.000,00</p>								
Hecho por jm.	Revisado por <i>[Signature]</i>	Firma Autorizada <i>[Signature]</i>						

BANCO DE PRÉSTAMOS  
 CHIMEL PATRIA  
 26 MAR 1999  
 DIGITADO

CLIENTE

F-1012

Se o...

1       torgó ante mi, y en fe de ello confiero esta TERCERA  
2       COPIA, en once fojas útiles, firmándola y sellándola  
3       en la ciudad de Quito, a los veintiocho días del mes  
4       de Marzo de mil novecientos noventa.



*[Handwritten signature of Nelson Galarza Paz]*

**NOTARIA DECIMO SEPTIMA**

Av. 6 de Diciembre 190  
Teléfonos 561-487 541-945  
Dr. Nelson Galarza Paz

Dr. Nelson Galarza Paz,  
NOTARIO DECIMO SEPTIMO DEL CANTON.

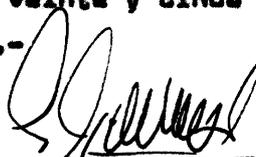
10       **R A Z O N :** - Dando cumplimiento a lo ordenado por -  
11       **la Superintendencia de Compañías , mediante Resolución**  
12       **número 90.1.2.1 549., de fecha 17 de abril de 1900., -**  
13       **tome nota al margen de la Constitución de la Compañía**  
14       **GALVASAN C LTDA., otorgada ante mí el 27 de marzo del**  
15       **año en curso , con la aprobación hecha por dicha Super**  
16       **intendencia . Quito , a veinte de abril de mil nove-**  
17       **cientos noventa . E L   N O T A R I O : -**

*[Handwritten signature of Nelson Galarza Paz]*

**Dr Nelson Galarza Paz.,**  
**Notario Décimo Séptimo**

Con esta fecha queda inscrito el presente Documento y la Resolución número quinientos cuarenta y nueve, del señor Intendente de Compañías de Quito, de 17 de abril de 1990, bajo el número 656 del Registro Mercantil, tomo 121.- Queda archivada la segunda copia certificada de la escritura pública de constitución de la compañía "GALVA - SAN C. LTDA.", otorgada el 27 de marzo de 1990, ante el Notario Décimo Séptimo del Cantón, Dr. Nelson Galarza Paz.- Se fijó un extracto signado con el número 475.- Se dá el cumplimiento a lo dispuesto en el Art. Cuarto de la citada Resolución, de conformidad a lo establecido en el Decreto 733 de 22 de agosto de 1975, publicado en el Registro Oficial 878 de 29 de agosto del mismo año.- Se anotó en el Repertorio bajo el número 4874.- Quito, a veinte y cinco de abril de mil novecientos noventa.- EL REGISTRADOR.-



  
Dr. Gustavo García Banderas  
REGISTRADOR MERCANTIL DEL CANTÓN QUITO